



**ACÓRDÃO Nº668/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11080/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Francisco Rocha da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4.177.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5868/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Juruá. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Francisco Rocha da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Juruá, no curso do exercício 2016, com fulcro no artigo 22, III, b, da Lei Estadual n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades descritas na fundamentação da Proposta de Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** o **Sr. Francisco Rocha da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Juruá, no curso do exercício 2016, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência dos atos praticados com grave infração às normas legais (restrição n.ºs: 3, 4, 10, 11, 12,13, 14 do Relatório Conclusivo da DICAMI), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do



**ACÓRDÃO Nº668/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Determinar** à Câmara Municipal de Juruá, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

**10.3.1.** Busque o pagamento de dívidas perante decorrentes de gestões anteriores em atenção ao princípio da continuidade administrativa (restrição nº 01, 05 e 15);

**10.3.2.** Realize novo processo licitatório tão logo encerre o contrato de prestação de serviços contábeis em que não ocorra prestação de serviços contínuos na sede do Poder Legislativo Municipal sob a possibilidade, em caso de não atendimento, de aplicação da multa prevista no art. 308, inc. V, ou na alínea “b” do inc. IV em caso de reincidência (restrição nº 06);

**10.3.3.** Elabore anualmente, no início de cada exercício, orçamento mensal como instrumento de planejamento das receitas e despesas da Câmara Municipal de Juruá, sob pena de aplicação da multa prevista no inc. VI do art. 308 do Regimento Interno deste TCE/AM (restrição nº 07);

**10.3.4.** Publique mensalmente, no portal da transparência, a relação de todas as compras feitas pelo Poder Legislativo Municipal, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação Municipal sob a possibilidade, em caso de não atendimento, de aplicação da multa prevista no art. 308, inc. V, ou na alínea “b” do inc. IV em caso de reincidência (restrição nº 08);

**10.4. Determinar** à **Comissão de Inspeção** para que nas próximas inspeções:

**10.4.1.** Verifique quais as providências adotadas pelo atual gestor, assim como por quem o venha substituir, no sentido de regularizar a situação jurídica quanto: a) a ausência de Registro de Ponto dos servidores de forma eletrônica – REINCIDÊNCIA (restrição nº 13) e, b) Ausência de Concurso Público para provimento de suas atividades finalísticas, em especial para o cargo de Advogado/Procurador da Câmara, conforme determina o artigo 37 da CF/88 – (restrição 12);

**10.4.2.** Acompanhe o cumprimento das determinações proferidas na Proposta de Voto.



**ACÓRDÃO Nº668/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Julho de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral